09/05/2016 11:34 - Deputado recebe denúncia sobre carga horária excessiva de PMs no fórum criminal

Chegou ao conhecimento do deputado Jesuíno Boabaid (PMN) denúncia que trata sobre a carga horária excessiva em que policiais militares lotados no Fórum Criminal de Porto Velho estão sendo submetidos. Imediatamente o parlamentar assumiu a defesa dos PMs e já iniciou os procedimentos para buscar maiores informações sobre a situação, bem como oficializou documentos para o comandante geral da Polícia Militar, cel. PM Ênedy Dias de Araújo e ao secretário da Segurança, Defesa e Cidadania-Sesdec, Antônio Carlos dos Reis.

Consta na denúncia que os policiais militares, tanto do sexo masculino, quanto do sexo feminino, estão sendo submetidos a uma escala de trabalho exorbitante e exaustiva. Os servidores entram de serviço às 7h diariamente, de segunda a sexta-feira, porém não tem previsão de qual horário irão voltar para casa.

Nos dias em que ocorrem julgamentos ou custódia, os trabalhadores precisam ficar até o término das atividades. "Nossos maridos saem de casa e não tem hora pra chegar, e o pior se arriscando na madrugada, armados, a mercê da criminalidade" relata a denunciante em documento enviado ao gabinete do deputado Jesuíno Boabaid. Outro ponto que agrava mais a situação é o não pagamento de horas extras para os Militares.

Para Boabaid, o próprio Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (TJ-RO), uma vez que é beneficiário direto das atribuições dos policiais militares dentro do fórum, poderia estudar a possibilidade do próprio Tribunal, pagar regularmente a jornada extraordinária, mediante convênio a ser formalizado com o Estado.

Como deputado estadual e presidente da Comissão de Segurança Pública, Jesuíno Boabaid encaminhou ofício ao comandante geral da PM, cel. PM Ênedy e também ao secretário da Sesdec, Reis, solicitando informações quanto à denúncia ora recebida.

"Estarei junto aos servidores buscando entender melhor o problema enfrentado, vindo a buscar solução que melhore o trabalho do policial militar. É inaceitável que o trabalhador seja exposto ao trabalho excessivo, sendo que não está sendo pago pelos seus serviços extras" finalizou o deputado.

Fonte: ALE/RO

Notícias RO